

Mulheres Sertanejas: política, sociedade e economia (1840-1920)

Suzimar dos Santos Novais*

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar a atuação das mulheres sertanejas, especificamente no Sertão da Ressaca, identificando os espaços de efetiva participação das mulheres, destacando sua intervenção nos episódios políticos que marcaram os primeiros anos da imperial Vila da Vitória, atual município de Vitória da Conquista. Demonstraremos a participação feminina, partindo de uma análise documental, incluindo inventários e petições, em que mulheres impetravam ações de divórcio, petições de guardas de filhos e de herança e solicitações de emancipação, discutiremos esse universo feminino que possibilitou-as exercerem atividades econômicas e políticas, muitas com a incumbência de conselheiras políticas e apaziguadoras de conflitos armados entre grupos influentes e rivais da sociedade local.

Palavras-chave: Mulheres; sociedade; política.

ABSTRACT: This article aims to examine the role of women sertanejos, particularly in the hinterlands of Ressaca, identifying areas of effective participation women, highlighting its involvement in political events that marked the early years of the Imperial town of Victoria, City of Victoria's current achievement. Demonstrate the participation of women, from a document analysis, including inventory and petitions, in which women brought actions for divorce, a petition for custody of children and inheritance, and requests for emancipation, discuss this feminine enabling them to pursue economic activities and policies many of the counselors incubencia pacificatory of political and armed conflicts between rival groups and influential of local society.

Keywords: Women, society, politics.

O presente artigo pretende investigar a atuação das mulheres sertanejas, especificamente no Sertão da Ressaca¹, “onde a política de potentados era desenvolvida por grupos que traduzia-se na presença da elite em todas as esferas da administração local” (IVO, 2004:26). Dialogando com autores que tratam da história social – com enfoque na questão de gênero – e a regional, buscaremos identificar os espaços de efetiva participação das mulheres, destacando sua intervenção nos episódios políticos que marcaram os primeiros anos da Imperial Vila da Vitória.

¹ * Mestranda em História Social pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: suzinovais@yahoo.com.br

Refere-se à Região do Sudoeste da Bahia, onde se localiza a cidade de Vitória da Conquista. No final do século XVIII Mathias João da Costa já estabeleceu a Fazenda Ressaca, no Riacho da Ressaca, dando nome também a região. Está localizada entre os rios das Contas ao norte e Pardo ao Sul, e limita-se ao oeste com a Serra Geral e ao leste com o Litoral Sul. Era um local de instalação de fazendas de gado, de produção para subsistência e de entreposto comercial, sendo cruzamento de rotas que ligavam o sertão ao litoral, a Província de Minas Gerais a Capital da Província da Bahia.

Diante de um cenário de mandonismo, violência política e clientelismo, onde os chefes políticos locais tinham práticas avessas à democracia, nos inquieta destrinchar a participação de mulheres em questões de cunho político partidário, muitas com a incumbência de conselheiras políticas e apaziguadoras de conflitos armados entre grupos influentes e rivais da sociedade local, como o conflito entre os Meletes e Peduros².

Os estudos sobre o Sertão da Ressaca, no século XIX, desde a sua conquista e desbravamento até a formação da Vila, apresentam a prevalência do masculino. Todavia, essa predominância não foi um empecilho para as mulheres exercerem atividades econômicas e políticas de relevância social. Muitos fatores ocasionaram a inserção feminina e sua influência na sociedade e economia da Imperial Vila da Vitória, entre o final do século XIX e início do XX.

Em 1840, o arraial da Conquista emancipou-se do município de Caetité, chegando ao patamar de Vila, com a denominação de Imperial Vila da Vitória, fato este que configurará uma nova estrutura político-administrativa, com intensa mobilização para a constituição de partidos políticos, reafirmando os limites de cada família proprietária, bem como sua influência, a luta por posições políticas e o surgimento de sujeitos sociais mais atuantes, em consequência da própria dinâmica oriunda desse novo período.

É salutar, nos relatos e na documentação disponível, a participação das mulheres, seja nas questões de cunho econômico como demandas políticas e sociais suscitadas, fato que nos leva a interpelar se a inércia e a submissão foram características determinantes na conduta das mulheres sertanejas. Especificamente, no que diz respeito a Imperial Vila da Vitória, instigamos o relato da atuação de mulheres na dinâmica econômica e sua efetiva participação em episódios que consignavam as grandes lutas políticas até entre parentes e membros da mesma família pela hegemonia do poder.

Aguça-nos a possibilidade de descortinar um novo horizonte feminino, construído por mulheres que não assumiram apenas a condição de vítimas, mas, sobretudo, influenciaram a configuração de novas formas de poder, ampliando seus espaços de atuação e por vezes interferindo decisivamente em questões sócio-políticas e econômicas.

No tocante a História das Mulheres, muitas vezes nos deparamos com dificuldades na identificação das fontes, posto que essas mulheres não eram documentadas, estavam sempre representadas pelo homem, seja na condição de marido, procurador ou tutor.

² Esse conflito é relatado pelos autores VIANA, Anibal L. Revista História de Conquista. Vitória da Conquista; Brasil-Artes Gráficas V. 01, 1982 e ORRICO, Israel Araújo. Mulheres que Fizeram História em Conquista. Vitória da Conquista: Bahia Arts Gráficas, 1982.

Lãs mujeres ricas y com prestigio social, heredado de su tronco familiar, pudieron armonizar el papel de guardianas de la reproducción biológica y cultural con un activo papel en las esferas públicas, casi siempre con la mediación de un representante varón, como era entonces estipulado por la ley (BELTRÁN. Ano: ?. P. 138).

A formação do campo historiográfico sobre a História das Mulheres percorre uma trajetória que vem se constituindo principalmente a partir da década de 60 e de forma mais contundente e significativa no meio acadêmico nos anos 80. Se num primeiro momento, esta história está intrinsecamente associada à política feminista que focaliza a mulher enquanto heroína, posteriormente de forma complementar e para muitos contraditoriamente, a história das mulheres traduz-se numa perspectiva de gênero que contempla não só os aspectos políticos como também as mulheres enquanto categoria analítica na pesquisa histórica.

As mulheres sempre tiveram presentes na história, mesmo que ofuscadas pelo domínio reservado aos homens, elas conseguiram certa visibilidade através da História da Vida Privada que proporcionou uma maior inserção das mulheres no fazer histórico, associada a História Social com foco nas identidades coletivas. Na década de 70 a História das Mulheres inicia uma fase de combate a subordinação feminina e a criação de uma identidade coletiva, baseada na igualdade entre as mulheres. Muitas historiadoras da época foram acusadas de fazer ideologia e militância, pois se contrapunham a homogeneização das mulheres e principalmente ao determinismo biológico que não considerava a mulher como um ser cultural e socialmente construída.

Nesse contexto, torna-se necessário combater as afirmações universais, do passado mítico, a separação entre o público e o privado e a vitimização das mulheres. Para tanto, Joan Scott propõe fazer uma nova abordagem histórica do feminismo no campo da pós-modernidade, afirmando não ser suficiente apenas substituir o termo mulheres por gênero, mas buscar novas perspectivas analíticas e promover mudanças estruturais, evidenciando a importância de se debruçar na análise de gênero numa perspectiva política de produção do conhecimento (SCOTT. Ano?:65-67).

Há muito tempo discuti-se a questão do poder e da mulher enquanto sujeito ativo da História, muitos são os autores que revelam a partir de suas análises a efetiva atuação feminina, que extrapolam a esfera do privado e tornam-se protagonistas nos espaços masculinos. Como afirma Lina Brandão Aras em seu artigo “No Cenário da Guerra: as mulheres e a literatura”, no século XIX as questões estudadas vão além dos aspectos referentes ao corpo e ao intelecto feminino, inserindo a mulher nas esferas de poder ARAS, 2000:280). Outro exemplo de participação ativa das mulheres é o estudo feito por E. P.

Thompson que analisa os motins que ocorreram na Inglaterra no século XVIII, e evidencia uma significativa atuação das mulheres ao lado dos homens, pois elas conheciam mais intimamente o mercado e as necessidades econômicas no que se refere ao aumento dos alimentos e, muitas vezes, atuavam nos motins (THOMPSON, 1998:184).

Também de relevância histórica no Brasil é o estudo de Maria Odila Leite da Silva Dias, “Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX”, minucioso trabalho que analisa sob múltiplas facetas o papel das mulheres menos abastardas, os diversos meios de inserção na sociedade e as estratégias utilizadas que não as qualificam apenas como vítimas, mas sobretudo agentes que protagonizaram diversas formas de poder e que em determinadas circunstâncias subverteram a ordem social vigente, atuando como chefes de família responsáveis pelo gerenciamento econômico, originando a organização matrifocal dos grupos familiares (DIAS, 1995:13-15).

Na América Latina, no que tange a historiografia das mulheres, Gabai observa a existência de duas correntes de pensamento; a primeira entende a mulher como um ser passivo, protegido e isolado da sociedade, resquício de uma tradição ibérica, na qual as mulheres estavam resguardadas no interior de suas casas. Em contrapartida, verifica-se uma outra corrente em que a mulher é considerada atuante, capaz de cumprir as mais variadas tarefas impostas pela sociedade (GABAI, 1996). Muitas são as mulheres que se enquadram nesse último perfil, a exemplo de Sórora Juana que no século XVII, se pronuncia frente a postura do jesuíta Antonio Vieira, considerada como “ardentes declarações feministas que ficam ainda mais ardentes se observarmos que uma freira as escreve e outra as publica” (PAZ, ano ?:544). E não menos instigadora é a façanha de Manuela Sáenz, que embrenha-se na luta pela independência da Venezuela, sendo a sua atitude avaliada como um misto de ação política consciente e transformadora aliada a um forte sentimento despreendido à Simon Bolívar (PRADO, ano ?:38.) Mulheres que não se contentaram com o espaço definido para elas e buscaram outras estratégias de resistência, o que nos leva a repensar a atuação feminina e constatar que existem práticas e representações diferenciadas para cada setor dos diversos segmentos do universo das mulheres.

Maria Ligia Coelho Prado em seu estudo sobre “as mulheres na luta pela independência na América Latina”, faz uma análise da participação política das mulheres, sua presença e comportamento frente aos desafios impostos pela luta armada em prol da emancipação das colônias latino-americanas. Nesse estudo, a autora demonstra que nos diversos países houve uma relevante presença feminina auxiliando os insurgentes das mais variadas formas, o que nos leva a questionar o mito da passividade feminina e o seu

enclausuramento as unidades domésticas (PRADO, ano?;33). De fato, a produção historiográfica, impõe uma perspectiva de alheamento, a medida em que estigmatiza a mulher como criatura pouco interessada e que não participava das questões políticas, mesmo porque grande parte do que foi produzido sobre o tema ficou restrito a elaboração de biógrafos que contribuíram para apagar a memória das mulheres militantes.

As biografias domésticas, descarnadas e liberadas de qualquer dimensão de conflito senão aquele entre o bem maior – a prática – e o mal abstrato – a opressão colonial (...) os biógrafos retiram-nas do espaço público, onde efetivamente se deu sua atuação política, e recolheram-nas ao espaço privado, já consagrado como ‘o lugar de mulher’” (PRADO, ano ?, p.51).

Partindo de uma revisão bibliográfica referente aos séculos XVI e XIX, Eni de Mesquita Sâmara analisa a condição feminina na América Latina, enfatizando a questão do poder e da mulher enquanto sujeito ativo da história. Num diálogo coerente e instigador com alguns autores que se dedicaram ao estudo de gênero nas sociedades ocidentais, a autora fomenta a discussão em torno do papel exercido pelas mulheres ao longo destes séculos, período em que a “convicção da inferioridade intelectual feminina, é nítida na literatura e na correspondência” (SAMARA, 1990/1991:228). Este estudo e tantos outros que se enquadram numa nova abordagem historiográfica das mulheres e sua inserção enquanto objeto da história, analisando as possibilidades de transitarem no universo público e privado, construindo uma rede de relações sociais e de poderes que não se limita apenas aos estereótipos e as imagens literárias até então imputadas à mulher. Tantas outras mulheres emergem, numa constante luta cotidiana de vencer a subordinação masculina e construir uma nova ordem que não seja ditada pelo desejo do homem e transformando a tradição ilógica de resguardar as mulheres apenas ao interior das casas.

A vitalidade deste campo do conhecimento alarga-se, quando os estudiosos percebem que a denominação mulheres já não mais comporta as especificidades desta categoria, os saberes acerca das relações de poder entre a constituição dos sexos ou a relação entre os sexos, bem como os estudos de novos sujeitos nos remetem ao conceito de gênero, que renuncia as pretensões universalistas e propõe que a constituição da subjetividade é conseguida através das experiências acumuladas.

No que tange aos estudos referentes à mulher sertaneja e a sua atuação percebe-se muitos avanços. O sertão nordestino sobre o qual nos debruçamos, alicerçou uma sociedade baseada na patriarcalismo, com uma forte presença masculina desde o início da conquista e desbravamento até no passado recente. Apesar da crescente população feminina e de sua

inserção no mercado de trabalho das mais variadas formas, a história relegou estas mulheres a um papel secundário, não percebendo-as como agentes sociais que através de suas práticas cotidianas, contribuíram para a estruturação da sociedade sertaneja, rigidamente estratificada,

Entre as mulheres, a senhora, a dama, dona fulana ou apenas dama, eram categorias primeiras; em seguida se “pipira” ou “cunha” ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra. O princípio da riqueza marcava o reconhecimento social. O princípio da cor poderia confundir-lo ou era abafado, o princípio da cultura o preservava. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gado e terras era ideal de mulher naquele sertão (FALCI, 2007:242).

A estratificação social, resultante do próprio processo de colonização, não foi um fator inibidor para a participação das mulheres menos abastardas. Muitas delas se destacaram não somente no trato com as questões domésticas, insubordinando-se, a medida que se inseriam em atividades denominadas masculinas. “o ideal da mulher enclausurada, responsável pela casa e pelo bem-estar da família, subjugada pelo marido não foi predominância no sertão baiano, por vezes agiam, reagiam e tinham condutas próprias” (FARIA, 1998). De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, “a mulher sertaneja tinha inúmeras virtudes, como a coragem o espírito de aventura, a capacidade de tornar-se chefe de família, que as qualificavam com guerreiras incansáveis na lida diária” (QUEIROZ, 1977:38).

Não eram só as mulheres afortunadas que moviam ações judiciais para conseguir resolver situações adversas presentes em seu cotidiano, em muitos casos, mulheres com recursos pouco expressivos e mesmo as libertas também recorriam à justiça. Um exemplo presente na documentação é o da ex-escrava Lizarda da Silva, que tem três filhos, dois dos quais moram com ela “como mãe trata de sua criação e educação, como estão praticando com suas filhas, sua que achão-se em seu poder”, quer também dispensar tais cuidados ao seu terceiro filho, o ingênuo Abílio, que Lizarda deixou em poder do Sr. José Antonio Ribeiro, por ocasião em que fora libertada.

No decorrer da petição, a liberta aponta os motivos que a faz requerer a guarda do ingênuo Abílio, demonstrando a sua preocupação com a educação do filho. Assim,

[...] Lizarda da Silva, liberta, pede seu filho de nome Abílio, ingênuo, e que se acha em poder de seu ex-senhor José Antonio Ribeiro baseando-se nos seguintes fundamentos: não ter sido o ingênuo matriculado por seu senhor, contas o mesmo mais de 9 anos de idade, não cuidando o referido senhor de sua educação[...]³.

³ AFJM: Caixa Diversos 1885-1887: Petição de Lizarda da Silva, 06/05/1886.

Numa sociedade marcada pelo mandonismo e pela violência política dos chefes locais, na maioria das vezes, membros de família de elite, rivais na disputa pelo poder, como por exemplo os Meletes e Peduros, tais mulheres inserem-se nesse contexto, seja como conselheiras políticas ou como porta-vozes que conseguem dirimir conflitos pontuais. “Conquista muito deve a estas senhoras que, simples donas-de-casa, mães de família matriarcais, souberam, em momento oportuno, alteiar a voz de comando, ou levantar o braço em defesa da integridade moral ou social da comunidade (ORRICO, 1982:07).

É importante observar que, em diversos momentos, as mulheres do Sertão da Ressaca, recorreram à justiça para resolver questões como, requerimento de herança e tutela dos filhos, pedido de manutenção dos bens e até mesmo solicitações de divórcio. Muitas informações constam, mesmo que de forma periférica, na documentação disponível como os testamentos, inventários e petições da Imperial Vila da Vitória, ampliando as possibilidades de investigação acerca da história local, bem como da inserção das mulheres neste contexto.

Encontramos na documentação algumas ações impetradas por mulheres que não satisfeitas com a relação conjugal, chegavam a requerer o divórcio, demonstrando não estarem dispostas à perpetuar determinadas situações. O caso de Joana Maria da Silva é bastante ilustrativo. Ela intenta uma ação de divórcio contra seu marido Quintiliano Antunes de Oliveira, casou-se após viuvez e alegava que o seu marido estava vendendo parte de seus bens para consumi-los a seu bel prazer. Segundo consta na petição, “(...) que, o dito seu marido, certo, de que não pode ser meeiro, senão da terça parte dos bens da suplicante, que ao tempo que casou-se, era viúva e maior de 50 anos, trata de por todos os meios, ao alcance dilapidá-los para saciar sua requintada ambição (...)”⁴.

Joana alega ser o divórcio o único meio legal para solucionar as desavenças entre o casal, fato este que não se restringe apenas ao aspecto econômico, mas também ao próprio tratamento dispensado à ela, pelo então marido Quintiliano Antunes de Oliveira.

[...]a suplicante alega que o dito seu marido, vendeu alguns bens e conduziu grande parte deles para a província de Minas... ela teme que seu dito marido colha o fruto de suas maquinacões contra a sua pequena fortuna... sob pena de ser nulla a venda ou qualquer transação que sobre os ditos bens tiver lugar... e este ingrato marido até passou à maltratar a suplicante com nomes injuriosos e ofensas⁵.

Em 1883, os documentos apontam o caso de Maria Francisca de Jesus que impetra uma ação sumária, tendo requerido contra seu filho Severiano Francisco de Almeida mandado

⁴ AFJM: Caixa Diversos 1860-1869: Petição de Joana Maria da Silva, 16/08/1865.

⁵ Idem.

de manutenção, alegando não poder consentir que seus bens sejam dilapidados pelo mesmo. Inicialmente a suplicante se recusa a usar dos meios criminais, por se tratar de seu filho, contudo posteriormente intenta a conciliação perante o juiz de paz, como consta na ação:

*[...] a suplicante tendo para si um sítio no lugar denominado Lagoa Queimada, onde mora e trata de uma pequena lavoura criando allí alguns animais e cavalos, acontece que seu filho Severiano Francisco de Almeida, homem maior de 50 annos, morador na Mambuca, que com outros herdeiros, entrara na posse do que lhe tocara, depois de ter esbanjado seus bens, pretende hoje reduzir a suplicante, velha a extrema pobreza, acabando com tudo quanto possui, porquanto sem respeito nem consideração alguma para aquella que lhe deo o ser, sem dar a menor satisfação tem entrado na pequena fazenda da suplicante e ahi tirado mais de dez cabeças de gado, dellas dispondo como suas, só que não pode a suplicante consentir isto, como a continuar o seu dito filho em semelhante delapidação – não só a suplicante ficará, como já digo, reduzida a miséria como também prejuízos para os outros seus filhos, e não querendo a suplicante, por enquanto usar dos meios criminais, mas achando recurso importante na disposição da lei (...)*⁶.

Diante dos aspectos abordados, observamos que as mulheres sertanejas requeriam seus direitos e ampliavam os espaços de atuação na sociedade local, vários outros aspectos poderão ser suscitados pela posterior investigação da documentação pertinente, que nos revela rica em detalhes que contribuirão para constituir o universo feminino no Sertão da Ressaca.

FONTES:

Arquivo do Fórum João Mangabeira (AFJM) – Vitória da Conquista – Bahia.

* Testamentos;

* Inventários;

* Petições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAS, Lina Maria Brandão de. E OLIVEIRA, Walney da Costa. No Cenário da Guerra: As mulheres e a literatura, In.: MOTTA, Alda Brito da, SANDENBERG, Cecília e GOMES, Márcia (Orgs.). Um dialogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Salvador: NEIM/UFBA, 2000, p. 280.

BELTRÁN, Clara Lopez. Alianzas Familiares. Elite, Género y negocios em La Paz, Século XVII. La Paz: Institutos de Estudios Peruanos

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no Sertão Nordeste. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2007.

GABAI, Rafael Varón. *La ilusión del poder: apogeo y decadência de los pizarro em lá conquista del Perú*. Lima: IEP/IFEA, 1996.

⁶ AFJM: Caixa de Diversos 1883-1884: Ação Sumária de Maria Francisca de Jesus, 18/06/1884.

IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2004.

ORRICO, Israel Araújo. *Mulheres que Fizeram História em Conquista*. Vitória da Conquista: Bahia Arts Gráficas, 1982.

PRADO, Maria Lígia Coelho. A participação das mulheres na luta pela independência da América Latina. In.: *América Latina no Século XIX: Tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP-EDUSC, ano ?

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os Cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres das Américas: Um repasse pela Historiografia Latino-Americana Recente. In.: *Américas, Américas*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUP/Marco Zero, vol. 11, nº 21, setembro, 90/fevereiro, 91.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In.: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.